



BOLETIM

REDE PORTUGUESA DAS

CIDADES EDUCADORAS

2016

Águeda-Albufeira-Alenquer-Atmada-Amadora-Azambuja-Barcelos-Barreiro-Braga-Câmara de Lobos-Cascais-Chaves-Coimbra-Condeixa-a-Nova-Esposende-Évora-Fafe-Funchal-Grândola-Gondomar-Guarda-Lagoa/Açores-Leiria-Lisboa-Loulé-Loures-Matosinhos-Mealhada-Miranda do Corvo-Moura-Odemira-Odivelas-Oliveirade Azeméis-Paços de Ferreira-Palmela-Paredes-Pombal-Ponta Delgada-Porto-Póvoa de Lanhoso-Rio Maior-Santa Maria da Feira-Santarém-Santo Tirso-São João da Madeira-Sesimbra-Setúbal-Sever do Vouga-Silves-Torres Novas-Torres Vedras-Valongo-Vila Franca de Xira-Vila Nova de Famalicão-Vila Real-Vila Verde-Viseu

27



editorial

Cidades Con(vivência)

Num qualquer dicionário de português encontrei, porque me intrigam as palavras, que convivência é “*modo de vida em que se pode partilhar; vida em comum, convívio diário...*”. A partir deste significado fui percorrer a carta de princípios das cidades educadoras e logo no seu início descobri que para “*a cidade educadora ... o seu objectivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes.*” Fica, portanto, claro que as cidades educadoras, enquanto rede, entendem que a convivência (enquanto partilha) tem uma relação direta com o enriquecimento da vida das pessoas na cidade.

Podemos pois olhar para os “territórios de convivência nas cidades” como os espaços públicos (físicos ou imateriais) onde ocorre a partilha, a vida em comum e o convívio diário de/entre todas e todos. Mas também podemos estar a falar dos *diferentes* territórios de convivência que dentro da cidade *separam* etnias, condições sociais, cores de pele e géneros. Estes últimos são os locais de risco que, ainda que encerrem em si a convivência, são também locais de refúgio e de auto isolamento para grupos específicos de pessoas.

São estes territórios de convivência que importa abrir aos conceitos mais alargados de *aprender, trocar e enriquecer*, conforme está na carta de princípios das cidades educadoras, considerando que estes conceitos estão ancorados na diversidade de credos, de cores e de origens, conforme a carta o consagra no seu oitavo princípio. A cidade educadora, é assim, um instrumento permanente de promoção da vida em comum e é a todos os seus pormenores que a governação da cidade deve estar atenta. Seja pelos exemplos que dá nos eventos da sua responsabilidade, seja nos investimentos que promove, seja pelo próprio modelo de governação da cidade, que defende e implementa.

O respeito pela diferença, mas também a valorização da diferença, são âncoras da verdadeira integração e funcionam como resposta à complexidade dos problemas de hoje, bem como a esta complexidade esmagadora que é vivermos juntos, de forma permanente, em espaços “partilhados” por todos e onde as permanentes transformações no contexto e no território devem ter por base a corresponsabilidade de todos.

Os territórios de convivência na cidade devem ser, por natureza, locais de pertença, locais de todos e todas e é por isso que o “espaço” público está sempre ocupado, pleno do coração e da alma das comunidades que o constroem todos os dias.

HÉLDER GUERREIRO

Vice-Presidente C.M. Odemira



espaço de
OPINIÃO

O Valor da Cidadania

No dia 12 de abril, e tendo como cenário o belíssimo Convento de S. Francisco, Santarém teve o privilégio de ser palco do Encontro Nacional Extraordinário da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, sob a égide “O Valor da Cidadania”, no qual 70 autarcas e técnicos de

33 Municípios se fizeram representar.

A escolha do tema teve a sua justificação na sensibilidade que Santarém, enquanto Cidade Educadora, imprime nas suas políticas Municipais, num alinhamento presente com os princípios basilares e orientadores da Carta das Cidades Educadoras. Assim, é compromisso assumido, e de acordo com o ponto nove da referida Carta, fomentar o apelo a uma cidadania ativa (passe-se a redundância), num projeto coletivo que se quer dialógico, numa perspetiva crítica e corresponsável.

O apelo a uma participação transversal a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea, tem sido objetivada e sediada nos diferentes Conselhos Municipais que se promovem. A saber: Educação, Desporto, Juventude, Segurança e o Conselho Local da Ação Social. Estes têm sido canais efetivos de participação, em que a cidadania se tem tornado, não apenas um direito ou dever, mas uma realidade.

No entanto, urge uma reflexão, que a autarquia tem vincado como premissa, e que não pode ignorar - pese embora o envolvimento da maioria dos conselheiros, cada vez mais consciente e refletido numa maturidade de participação social e popular, reconhece-se ainda uma certa “invisibilidade” dos jovens nessas esferas.

De acordo com a Doutora Lia Pappamikail, palestrante no Encontro, com o tema “Juventude(s), territórios de participação: desafios para o futuro”, verifica-se esse fenómeno de “deserção” e/ou baixos índices de participação juvenil seja no plano associativo, político ou até no consumo de notícias. Há que, efetivamente, corroborar que existe uma certa “alunização” da juventude, pensando-se que a escola constitui o lugar central das trajetórias juvenis contemporâneas, quando efetivamente as alterações socioeconómicas e globais preconizam e exigem dos jovens um leque de competências que toda a sociedade é corresponsável por dinamizar, potenciar e valorizar. Neste sentido, o Município está convicto de que tem de conceber e dar outra amplitude ao conceito Cidadania, quando são os jovens os seus personagens. Essa atitude não manifesta, pois, uma recusa de pertença à pólis, mas antes uma vontade de alteração do seu relacionamento com as instituições tradicionais, concebidas numa ótica de adultos.

As alterações do mundo tecnológico concorrem para que todos, e em especial os mais jovens, tenham alterado a forma de relacionamento interpessoal. As aprendizagens são hoje levadas a cabo nos locais, que antes, eram considerados inapropriados. As juventudes habitam a cidade e apropriam-se dos espaços, e não se cingem aos que lhes são atribuídos. Esta ideia, da compreensão dos espaços formais e informais de aprendizagem e convívio, como sendo parceiros estratégicos no relacionamento inter-geracional, levam à necessidade de conhecer para agir e combater a visão “adulto-cêntrica” da juventude. Nesta perspetiva, Santarém, enquanto Cidade Educadora adaptada e participada, projeta dinamizar, ainda no corrente ano, Assembleias Municipais de Crianças e Jovens, com o propósito de expandir os “territórios” de intervenção à escala local e real, nomeadamente na análise e revisão do Plano Diretor Municipal. Ao envolver, diretamente, estes jovens atores sociais, numa nova abordagem de governança urbana, preconiza-se uma consciência direta na definição de estratégias sustentadas, e a promoção de um sentido de identidade e pertença do património local, de valor inestimável.

Santarém acredita que quanto mais partilhar e exaltar a sua identidade cultural e patrimonial, melhor contribuirá para o diálogo intercultural e para a abertura dos valores dos e para os jovens, contribuindo para que se sintam efetivos cidadãos do mundo!

INÊS BARROSO | Vereadora C.M. Santarém

Encontro Nacional da Rede Territorial Portuguesa em Santarém

Decorreu, no dia 12 de abril, no Convento de São Francisco, o Encontro Nacional Extraordinário da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras - RTPCE, que contou com a presença de cerca de 70 representantes de 33 municípios, membros desta Rede. Santarém, Cidade Educadora, acolheu este encontro onde “**O Valor da Cidadania**” serviu de mote à reflexão. A vereadora da Educação da Câmara Municipal de Santarém, Inês Barroso, iniciou a sessão de abertura, agradecendo a presença de todos e à RTPCE por ter dado a honra a Santarém de organizar este encontro, referindo ainda que este Município é Cidade Educadora desde 2006 e que não acolhia a organização de um Encontro desde 2008.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Helder Guerreiro e representante da Comissão Coordenadora da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, na sessão de abertura, afirmou que “*estamos num bom caminho porque representamos aquilo que gostamos, que é a Educação, queremos fazer por ela, pelas nossas cidades, pelos nossos concelhos, pelo nosso futuro*”. Agradeceu à Câmara Municipal de Santarém o acolhimento “*no magnífico espaço que é o Convento de São Francisco, um exemplo extraordinário daquilo que Portugal tem do ponto de vista do património, da memória e da história*”.

Antes do início dos trabalhos, teve lugar um momento musical pelos alunos do Conservatório de Música de Santarém, através dos músicos Hugo Martinho, João Limeiro e Margarida Lázaro.

Lia Pappámikail, docente do Instituto Politécnico de Santarém e assessora da Direção do Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa prosseguiu com uma preleção sob o tema

Juventude(s), territórios e participação: desafios para o futuro

seu estudo, se verifica a existência de várias Juventudes, nas várias fases da vida, em que se constata, atualmente, uma alunização da juventude, sendo a escola o lugar central das trajetórias juvenis contemporâneas; verifica-se também um aumento do número de jovens inativos que coincide com a expansão da escolarização dos jovens; os jovens são mais afetados pelo desemprego do que a população em geral e com menores rendimentos; a qualidade dos vínculos labo-

Juventude(s), territórios e participação: desafios para o futuro, partilhando com os presentes algumas reflexões sobre as temáticas: Juventude, considerando-a como um valor social pouco reconhecido e desconstruindo ideias pré-definidas. Adiantou que no



rais, quando existem, colocam entraves à emancipação juvenil; confirma-se também um adiamento tanto da saída de casa dos pais, como da conjugalidade e parentalidade, sendo a família o principal meio de vida e sobrevivência dos jovens, verificando-se um fosso geracional: contrato social em risco.

No âmbito dos territórios e participação, as juventudes habitam a cidade e apropriam-se dos espaços (atribuídos e reivindicados); surge a necessidade de repensar a conceção de território (aspectos morfo-funcionais, de multiescalaridade e multidimensionalidade dando ênfase à dimensão cultural); constata-se uma tendência de usar uma lente analógica (adulto-centrica) para captar uma realidade digital; baixos índices de participação cívica e política (associativo, político, consumo de notícias), problema exclusivo dos jovens? Por outro lado, surgem novas formas de participação, emergência da micropolítica: mobilização para a resolução de problemas concretos, partilha de informação e conhecimentos. Surgem novos espaços e territórios.

Por fim, a oradora refletiu sobre as Cidades Educadoras e respetiva intervenção com os jovens, ponderando a emergência da expansão dos “territórios” de intervenção à escala local; do potencial democrático e emancipatório das novas abordagens de governança urbana, envolvendo os vários atores sociais; da necessidade de conhecer para agir e combater a visão adulto-centrica da juventude, ampliando conceções de participação de cidadania. Foi reforçada a ideia da compreensão dos espaços formais e informais de aprendizagem como parceiros estratégicos.

O Encontro continuou com a reunião/assembleia dos Municípios que integram a RTPCE e com a apresentação de resultados dos Grupos de Trabalho “**Participação e Democracia**”, pelo Técnico do Gabinete Lisboa, Cidade Educadora, Paulo Louro, e “**Descentralização de Competências**”, pelo Vice-Presidente Helder Guerreiro.

Após o almoço, os participantes foram convidados a visitar ao **Centro Histórico da Cidade**, nomeadamente a Igreja da Graça, a exposição “*Modos, Medos e Mitos no tempo de Cabral*” – patente na Casa do Brasil, e o Jardim Portas do Sol.

ALMADA

Almada Poente: território de convivência e coesão social

Almada Poente é formada, sobretudo, por conjuntos habitacionais de realojamento. A sua situação social, económica e de degradação do espaço urbano exigiu uma intervenção multidimensional através de um Programa Integrado de Regeneração Urbana, protocolado entre a Câmara Municipal de Almada e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. Neste âmbito, entre 2009 e 2015, foram construídos a piscina e biblioteca municipais, o Parque Urbano de Fróis, a nova sede do Clube Recreativo União Raposense e concretizadas duas obras de arte pública inclusivas: Monumento à Multiculturalidade e Planisfério da Interculturalidade.

Através de políticas públicas participativas, inovadoras e integradas, a intervenção teve como objetivos: qualificar urbanisticamente a zona de Almada Poente; promover a integração social e cultural dos residentes e elevar os padrões de vida coletiva; reforçar a capacidade de intervenção dos agentes locais, sobretudo ao nível da articulação de respostas à comunidade; valorizar a gestão de proximidade e recuperar o protagonismo do governo local na promoção de políticas urbanas e contribuir para a melhoria da imagem do Bairro.

A educação assumiu um forte papel na promoção da coesão social e territorial face às especificidades do território e à diversidade dos indivíduos e dos grupos sociais, envolvendo-os em todas as fases, criando oportunidades de aprendizagem individual e coletiva, conforme o compromisso da declaração do Congresso de Barcelona (nov. 2014), de fomentar a boa convivência, as relações intergeracionais e interculturais, reconhecendo a riqueza das diferenças presentes na cidade.

Globalmente, o programa gerou dinâmicas positivas no território com impactos relevantes e visíveis nos domínios urbanístico, social e par-



ticipativo, transformando um vazio urbano numa nova centralidade, permitindo a requalificação de serviços e a possibilidade dos moradores participarem ativamente na qualificação do espaço público. ■

PRINCÍPIO 8

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.

BRAGA

Mini-olimpíadas Educação para a Autonomia

A autarquia tem uma vasta experiência no desenvolvimento de projetos comunitários e promotores do desenvolvimento social e é aglutinadora dos recursos endógenos e exógenos para fazer face às necessidades e prioridades de inclusão social, mediante concertação entre os vários agentes educativos e parceiros da comunidade.

Com base no levantamento dos projetos vocacionados para os alunos com NEE existentes nos Agrupamentos de escolas, verificou-se que, embora estes realizem atividades esporádicas com estes grupos

Nesse sentido, entendeu-se necessário a criação de uma equipa multidisciplinar de apoio às Escolas que trabalhe em parceria com todos os agentes educativos – agrupamentos de Escolas, Autarquia, Desporto Escolar, Instituições Privadas de Solidariedade Social, CERCI, ACES, Novais e Sousa, Coop21 e Universidade do Minho, trabalhando com crianças com NEE numa rede contínua de apoio, desde a mínima ajuda em contexto de sala de aula, até à realização e execução de programas adicionais de apoio ao desenvolvimento e aprendizagem, prestando



Saber aprender a conviver e a respeitar a diferença é uma forma de inclusão.

de crianças, não existe, em nenhum deles, um projeto consistente e fundamentado que promova a efectiva inclusão destas crianças. Para que estas crianças não sejam relegadas para segundo plano, uma vez que possuem os mesmos direitos que as restantes, este Município criou um projeto **Mini-Olimpíadas**, com o intuito de incluir todos os alunos, promovendo a auto estima e a participação ativa dos alunos.

assistência aos professores, bem como a todos os elementos de apoio técnico. Saber aprender a conviver e a respeitar a diferença é uma forma de inclusão. Por isso, o Município preocupado com os desígnios e o futuro dos alunos, alicerçado numa política de proximidade e de intervenção com as organizações educativas, procura que este grupo de alunos possa ter acesso aos recursos da comunidade e façam efectivamente parte da sua malha social. ■

PRINCÍPIO 1

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares

ÉVORA

Projeto Nós Propomos – Cidadania, Sustentabilidade e Inovação na Educação Geográfica

Contando com a quinta edição, o Projeto “Nós Propomos! Cidadania, Sustentabilidade e Inovação na Educação Geográfica”, promovido pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/IGOT da Universidade de Lisboa, e pela Esri Portugal, com o apoio do Programa Ciência Viva, procura reforçar as relações entre comunidade escolar e autarquias locais, procurando, através do trabalho de projeto, cimentar a educação geográfica e a participação cidadã nos processos de planeamento e ordenamento do território, para promoção da sustentabilidade local.

O Projeto, inicialmente dirigido a alunos de Geografia A, do 11º ano, mas alargado posteriormente a outros alunos de geografia de outros anos de escolaridade, procurando explorar as atividades a desenvolver no âmbito do “Estudo de Caso” previsto para o Ensino Secundário e encetando fortes relações com as autarquias locais, visa dessa forma promover uma cidadania territorial,



FUNCHAL

Atividade Física, saúde e Bem-estar para a população menos jovem

prática, ativa e partilhada, pela mobilização dos alunos para a realização de pequenos projetos de pesquisa e intervenção territorial, enquadrados pelas principais orientações do Plano Diretor Municipal do concelho onde a escola se insere.

Em Évora, tendo a autarquia sensibilizado as escolas para a participação, e, por essa via, disponibilizando-se para o apoio necessário no desenvolvimento do projeto, participam no ano letivo 2015/2016 cerca de 50 alunos, de duas turmas, da Escola Secundária Severim de Faria e da Escola Secundária André de Gouveia, tendo sido elaborados oito projetos locais. Entre os projetos desenvolvidos, tem a autarquia procurado executar as propostas dos alunos, sendo que, a limpeza e dignificação de alguns espaços públicos, bem como a recuperação de alguns elementos patrimoniais, ou a criação de uma agenda cultural local, são exemplos de processos que se iniciaram na escola, aos olhos dos alunos e que se concretizam no trabalho da autarquia, em prol da comunidade local. A cidade é educadora quando a comunidade local participa na sua constante construção.

Este ano um grupo de alunos da Escola Secundária Severim de Faria viu a sua proposta de intervenção, centrada na criação da Rota do Azulejo de Évora, alcançar o segundo lugar a nível nacional num concurso que contou com a participação de 1600 alunos e professores de cerca de 45 escolas e que resultou na apresentação de 260 trabalhos. ■

PRINCÍPIO 9

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as actividades de formação em valores éticos e cívicos. Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projecto colectivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

“Atividade Física, Saúde e Bem-Estar para a população Menos Jovem” é um projeto da Câmara Municipal do Funchal, dirigido aos seus munícipes com idade igual ou superior a 50 anos.

Este projeto pretende contribuir para um incremento da qualidade de vida dos seus cidadãos e apostar na construção de um envelhecimento ativo. Visa, assim, desenvolver um trabalho em prol da integração e inclusão dos seniores nas atividades diárias da cidade, por forma a combater o isolamento social, promover o funciona-

mentos coreografados, defesa pessoal, circuito funcional, jogos temáticos e lúdicos); as atividades sociais e culturais (festas temáticas, grupo de marchas populares, jogos de mesa, passeios e visitas guiadas, intercâmbios institucionais, conferências) e ainda as atividades formativas (inglês, música, artes plásticas, teatro, artes decorativas, labores, informática). De salientar, que estas atividades têm em atenção as capacidades e necessidades individuais de cada utente.



... apostar na construção de um envelhecimento ativo

mento cognitivo e prevenir o aparecimento de doenças associadas à velhice.

Para o efeito, é proporcionado aos menos jovens do município, um conjunto de atividades variadas e regulares. Destacam-se as atividades físicas, recreativas e desportivas (ginástica de manutenção, hidroginástica, danças de salão, yoga, percursos pedestres,

Atualmente, nos diferentes Ginásios da Câmara Municipal do Funchal, encontram-se inscritos cerca de 1650 Utentes. A participação ativa destes cidadãos é, ainda, instigada através da auscultação das suas ideias / propostas para a cidade. Exemplo de tal, foi a proposta apresentada por um grupo destes cidadãos no Orçamento Participativo do Funchal 2014, estando atualmente a ser concretizada a ampliação de um dos ginásios da Autarquia, conforme proposta feita e votada pelos munícipes. ■

PRINCÍPIO 10

O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude

FUNDÃO

Território OPEN

A Câmara Municipal do Fundão, tendo em vista a comunidade em geral e em parceria com atores dos contextos empresariais, da educação, da ciência e tecnologia, do emprego e do desenvolvimento local, desenvolveu um Plano Estratégico para a Inovação, com 4 Eixos de Intervenção que se desenrolam de modo integrado num ecossistema aberto e de criação de novos serviços e produtos, o Fundão manifestou a ambição de se transformar no primeiro concelho totalmente OPEN do país: aberto aos jovens, à criatividade e à inovação; aberto aos negócios, ao empreendedorismo e ao querer fazer; aberto a novas culturas, novas formas de viver num território em que podemos associar um contexto de vivência urbana com o melhor e mais saudável da riqueza rural, natural, patrimonial e histórica, com os respetivos ganhos em termos de qualidade de vida.

Eixo 1 – Disponibilizar espaços, infra

estruturas e serviços de acolhimento
Eixo 2 – Apoiar e estimular o empreendedorismo e a criatividade,
Eixo 3 – Inovar, destacar, afirmar soluções e iniciativas que extrapolem as fronteiras do nosso concelho
Eixo 4 – Comunicar e promover todo o trabalho, numa ótica de atrair, interna-

transformar no
primeiro concelho
totalmente OPEN
do país

cionalizar e disseminar.

Tendo em conta as características específicas do nosso território, pretendemos obter os seguintes resultados:
Criação das melhores condições na

ótica do que é qualidade de vida para trabalhar e para viver num território rural; Promoção territorial para o exterior dessa qualidade e atributos que passam pela inovação e educação tecnológica; Captação de investimento; Refuncionalização de edifícios, resultando na oferta de novas valências e serviços dedicados ao empreendedorismo e iniciativa privada; Desenvolvimento e oferta de Turismo de Natureza e experimentação; Promoção de uma cultura aberta ao exterior, com especial incidência em projetos de cooperação, conhecimento aplicado e rentabilização do capital humano. ■

PRINCÍPIO 15

A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-á os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em actividades sociais. No domínio específico das relações escola - trabalho, é preciso assinalar a relação estreita que se deverá estabelecer entre o planeamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho.



GANDOMAR

Plano Estratégico Municipal para a Educação Especial

O Plano Estratégico Municipal para a Educação Especial – Inclusão com foco na sustentabilidade, surgiu como documento estruturante das políticas educativas do Município. Delineado para um horizonte temporal de três anos, norteou-se pelos eixos de intervenção a seguir identificados: Eixo 1- Formação e suporte aos agentes educativos; Eixo 2 - Intervenção educativa e terapêutica; Eixo 3 - Transição para a vida ativa e inclusão na comunidade; Eixo 4 - Acessibilidade e mobilidade.

Em termos estruturais, organizaram-se um conjunto de ações/projetos que de forma articulada procuram contribuir para quebrar os silêncios, ampliar o debate e prosseguir o planeamento integrado do desenvolvimento educativo do município, alicerçado em princípios do dever e da igualdade de oportunidades, numa dinâmica abrangente que envolve toda a comunidade sob o enfoque do lema Gondomar Cidade Educadora. Consubstanciado no lema “Igualdade, Inclusão e Excelência Desportiva”, o Município em coorganização com o Comité Paralímpico de Portugal organizou entre os dias 7 e 16 de março de 2016, o Dia Paralímpico na Escola – Gondomar 2016.

Esta iniciativa, dividiu-se em cinco momentos, que envolveram toda a comunidade e que teve início no dia 7 de março com um percurso da tocha paralímpica entre os Agrupamentos de Escolas envolvidos no evento.

A Exposição sobre os desportos paralímpicos e surdolímpicos esteve disponível para visita no Auditório Municipal de Gondomar, possibilitando mais conhecimento sobre algumas modalidades paralímpicas e atletas que representam Portugal.



A ação de formação “Modalidades Paralímpicas em Contexto Escolar” que decorreu no dia 09 de março foi mais um momento de partilha de conhecimento e de ambiências. Foi uma das formações mais participadas de sempre, com mais de 90 formandos entre alunos e professores que ficaram a saber mais sobre atletismo, boccia, goalball e voleibol sentado.

O Colóquio realizado no dia 15 de março, onde estiveram envolvidos duzentos alunos, foi uma oportu-

nidade de ouvir os testemunhos pessoais e desportivos de atletas e treinadores e ainda o palco para a apresentação dos projetos de música, canto e dança desenvolvidos por vários Agrupamentos de Escolas de Gondomar com temáticas ligadas à inclusão. A este Colóquio seguiu-se o Dia de experimentação desportiva com 17 modalidades nos cinco agrupamentos parceiros deste evento. ■

LISBOA

Plano Municipal de Acessibilidade Pedonal

A acessibilidade Pedonal é essencial para a qualidade de vida nas cidades. Circular com autonomia, conforto e segurança, acedendo aos bens, serviços e recursos existentes na cidade são direitos dos cidadãos. Lisboa tem muitas barreiras à acessibilidade. A falta de acessibilidade afeta em particular grupos mais vulneráveis, como pessoas com deficiência, idosos e crianças.

O Município assumiu como prioridade tornar a Cidade Acessível Para Todas as Pessoas, e definiu uma estratégia para esse efeito, com o Plano de Acessibilidade Pedonal.

Suportado por um diagnóstico rigoroso e participado, este Plano tem por objetivos promover a adaptação progressiva dos espaços e edifícios já existentes, prevenir a criação de novas barreiras e mobilizar a comunida-

tornar a Cidade
Acessível
Para Todas as
Pessoas



PRINCÍPIO 1

“Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspetos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deve ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares.”



de para a criação de uma cidade para todos.

Determina a realização de 100 ações que abrangem a Via Pública, os Equipamentos Municipais, a Articulação com a Rede de Transporte Público, entre outras áreas. A definição de procedimentos, modelos e ferramentas de trabalho, a realização de projetos e de obras de adaptação, a promoção de estudos e auscultações, a dinamização de ações de informação e sensibilização, a formação e a disponibilização de apoio técnico constituem exemplos das iniciativas em curso.

Para além do envolvimento dos serviços do município, das juntas de freguesia e de outras entidades com competências na promoção da acessibilidade, tem-se promovido a participação e a mobilização da comunidade, com vista à criação de sinergias e redes de cidadãos ativos que participem e que sejam proativos nas questões da Cidade, para uma cidadania ativa.

Tratando-se de um processo dinâmico e participado com uma forte componente pedagógica, o Plano tem repercussões a vários níveis. Desde já no planeamento e nas práticas profissionais, mas também nas dinâmicas urbanas e sociais da Cidade, num ciclo de melhoria contínua alimentado pelos vários intervenientes e rentabilizado em prol da promoção da acessibilidade na Cidade.

O Plano está a ser executado de forma integrada pelos vários serviços municipais, num esforço coordenado, até 2017. A coordenação e dinamização da sua execução é assegurada por uma Equipa de Projeto especificamente criada para o efeito, a Equipa do Plano de Acessibilidade Pedonal. ■

PRINCÍPIO 1

Para o planeamento e governo da cidade, tomam-se as medidas necessárias tendo por objectivo o suprimir os obstáculos de todos os tipos incluindo as barreiras físicas que impedem o exercício do direito à igualdade.



equipa.acessibilidade@cm-lisboa.pt;

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/mobilidade/modos-suaves/mobilidade-pedonal/plano-de-acessibilidade-pedonal>;

[Facebook.com/acessibilidadepedonal](https://www.facebook.com/acessibilidadepedonal).

LOULÉ

Um Projeto, Muitas Mãos

O município de Loulé integrou a AICE / RTPCE em 2007. Desde esse ano até 2012 desenvolveu projetos no seio das suas unidades orgânicas, as quais promoviam ações junto dos municípios. Em 2013 avançou para outro formato, com a estruturação paulatina da “Rede Municipal Loulé, Cidade Educadora”, da qual fazem parte, para além de unidades orgânicas do município, diversos parceiros que representam a sociedade civil. Não obstante os vários projetos que estão a ser desenvolvidos pelos parceiros da RMLCE, a Rede elege, anualmente, um projeto que considera que espelha os princípios da Carta

Internacional das Cidades Educadoras; em 2015, o projeto escolhido pelos parceiros da Rede foi o “Dar Cor à Cidade” que acabou por se integrar num projeto mais alargado, o “Bairr’Arte” (eleito em 2016), que convoca também o “Teatro Popular”, a “Permacultura” e as “Reuniões de moradores”.

Os objetivos do “Dar Cor à Cidade” e do “Bairr’Arte”:

- a) Desenvolver uma estrutura informal constituída por instituições do município de Loulé, com vista a promover o estabelecimento de parcerias entre os cidadãos e as entidades públicas ou privadas;

a rede municipal de Loulé elege um projeto que espelha os princípios da Carta



MOURA

Mouraria – Espaço de Memória

- b) Fomentar o exercício de uma cidadania ativa;
- c) Reforçar a participação dos moradores dos vários espaços da cidade e a sua ligação ao espaço público;
- d) Transformar o espaço público em espaços artísticos de divulgação dos patrimónios e dos saberes;

Durante a realização das intervenções do projetos “Dar Cor à Cidade” e do “Bairr’Arte” são desenvolvidos workshops com crianças e jovens de escolas, com jovens e adultos das zonas residenciais mais próximas, estimulando o desenvolvimento de redes de proximidade, de ações de intergeracionalidade e de sustentabilidade, aumentando o sentimento de pertença comunitário. ■

Em 2010 a Câmara Municipal de Moura, no âmbito do programa “Políticas de Cidade – Parcerias a Regeneração Urbana”, executou uma intervenção no centro histórico da cidade. Inicialmente foram identificadas as debilidades desta zona urbana: degradação do património, condições habitacionais dos moradores, deficiência ao nível da qualidade dos acessos, o envelhecimento dos moradores e o fraco poder económico e dinâmicas culturais, que exerciam uma influência negativa neste espaço, bem no centro urbano da cidade. A intervenção, concluída em 2013, assenta numa lógica de concordância dos eixos de ação delineados: estruturação do espaço, afirmação econó-

A intervenção....
assenta numa
lógica de
concordância
dos eixos de
ação delineados:
estruturação
do espaço,
afirmação
económica,
condições sociais
e revitalização
cultural

PRINCÍPIO 7

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.





mica, condições sociais e revitalização cultural. Este projeto iniciou-se com uma fase de intervenção urbanística, tendo sido paralelamente acompanhado, de ações de cariz económica, social e cultural, com influência direta sobre a residência dos habitantes desse bairro, a economia, a revitalização de espaços de comércio e serviços, mobilidade para habitantes e visitantes, bem como, investimento na vertente de turismo e cultura. Estes contributos são assumidos como vínculos de convivência nos espaços de um bairro que se tornou de todos, com a dinamização de diversas iniciativas no âmbito da ação “Há Festa na Mouraria” (Dia da Criança, Feriado Municipal e Magusto). O reconhecimento não tardou, em 2014 foi premiado pelo IRHU (Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana) na categoria de “Regeneração Urbana” e pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, Prémio Turismo do Alentejo, na categoria de “Melhor Projeto Público”. Neste momento a Mouraria constitui um importante local dentro da

cidade, sendo uma referência para os seus habitantes e para os inúmeros turistas que a visitam. ■

PRINCÍPIO 7

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. (...) A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais.

contributos são
assumidos como
vínculos de
convivência

ODEMIRA

Igualando com arte: Miragem

O projeto Miragem é um projeto-piloto que vai no segundo ano de execução e que promove o cruzamento entre educação e cultura, propondo-se aprofundar o contacto de todas as crianças e adolescentes do maior concelho de Portugal com as artes do espetáculo, bem como proporcionar uma igualdade de oportunidades, permitindo uma verticalização ao nível das expressões artísticas integrando as comunidades e mostrando a interculturalidade existente no concelho. Este projeto, artístico pedagógico, tem ainda como objetivo envolver alunos e encarregados de educação, levando-os a ter uma postura mais ativa e interessada na vida escolar, de modo a combater o absentismo e abandono escolar.

O projeto divide-se em dois formatos, sendo que um dos formatos é a apresentação de espetáculos que já existem e que circulam pelo país, trabalhados para se adequarem e enquadrarem à realidade de Odemira; o outro formato consiste na criação de espetáculos de raiz pelos alunos do concelho de Odemira, que terá o seu culminar na apresentação dos mesmos à população do concelho.

Este projeto vai permitir, ainda que, indiretamente, contribuir para a educação das crianças e dos jovens, uma vez que, através das artes é possível trabalhar e reavivar os saberes essenciais e incontornáveis ao desenvolvimento e crescimento, permitindo-lhes explorar outros modos de aprendizagem. ■

PRINCÍPIO 5

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.



PAREDES

PT – Paredes com Teatro

O programa PT PAREDES COM TEATRO teve início em 2006 com o intuito de relançar o teatro amador do Concelho de Paredes e fazer do teatro

constituídos por crianças e jovens adolescentes.

O Município tem como objetivo incluir e apostar na diversidade dos

soas portadoras de deficiência, idosos, e outros grupos vulneráveis de forma a que o programa seja o mais inclusivo possível.

programa inovador, investindo na colocação de profissionais de teatro para dinamizarem os grupos associativos



associativo um dos motores culturais do concelho.

Um programa inovador, investindo na colocação de profissionais de teatro para dinamizarem os grupos associativos, contratualizando espetáculos, promovendo a itinerância dentro e fora do concelho, atraindo a juventude para rejuvenescer o tecido cultural associativo.

Com 7 edições realizadas e a 8ª em progresso, o programa PT PAREDES COM TEATRO é hoje um projeto cultural de sucesso, acarinhado nas comunidades que serve, consolidado e desde o ano 2008 com uma nova iniciativa, o PT JÚNIOR grupos de teatro

grupos criados através dos seguintes pressupostos:

- Financiar teatro amador na sua vertente formativa;
- Acompanhar o desenvolvimento integral dos jovens;
- Motivar os jovens para o teatro e paralelamente reduzir o abandono escolar, desincentivando as associações a manterem nas suas equipas, jovens que não frequentam a escola;
- Procurar mecanismos de controlo familiar, informando os pais das vantagens da continuidade escolar e das artes no desenvolvimento integral dos jovens.
- Integrar nos grupos de teatro de pes-

A política do Município no incentivo à formação cultural tem por base o trabalho conjunto com as associações do concelho, e visa essencialmente ocupar os jovens, tendo em vista a sua formação integral, o combate ao abandono escolar e incremento do sucesso educativo. ■

PRINCÍPIO 18

A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objectivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.

SANTARÉM

Os Religiosos Doceiros – Comemoração dos 750 anos da morte de S. Frei Gil de Santarém

No âmbito do projeto “Oferta de Recursos Educativos” (ORE), dinamizado pelo Município de Santarém no ano letivo 2015/2016, a atividade “Os Religiosos Doceiros” foi desenvolvida em parceria com o Serviço Educativo e Pastoral do Museu Diocesano de Santarém, tendo mobilizado 300 crianças do Ensino Básico da cidade.

O projeto ORE engloba 77 atividades que são desenvolvidas como complemento curricular para o primeiro ciclo do ensino básico, cuja dinamização é assumida e promovida pelo município, em parceria com entidades externas.

Esta experiência, enquadrada na área temática “Artes Cultura e Património”, tem por base os princípios de um conhecimento vivenciado a partir da valorização histórica do património material e imaterial. Constitui-se pois, e por excelência, como espaço de reforço identitário, promovendo uma cidadania ativa de valor cultural e patrimonial único, mantendo viva e presente a memória coletiva local. Assenta nos seguintes eixos:

- Descobrir – personalidades e figuras que constituem património histórico da nossa cidade, o modo de viver e trajar no tempo dos conventos medievais.
- Experimentar – depois de conhecer a história da personagem, em contexto de sala de aula, as crianças trajaram (hábitos de Monges e Monjas, Frades e Freiras) e desfilaram pelo Centro Histórico, passando pelas diferentes casas religiosas, com posterior confeção de um doce conventual no Refeitório Jesuíta do Museu (antigo Paço Real). Professores, pais e alunos partilharam

a experiência, num momento único de regresso à identidade gastronómica da época.

- Conhecer – Um Santo da cidade de Santarém, S. Frei Gil, personagem de vulto que se distinguiu na época medieval em Santarém, nomeadamente na área da medicina. O contributo das ordens religiosas no enriquecimento do património gastronómico/doceiro da cidade, resultou na criação de doces que ainda hoje são ex-libris da cidade: “Celestes”, das Monjas Clarissas do Convento de Santa Clara; “Arrepiados”, das Monjas do Mosteiro de Almoester; “Queijinhos do Céu”, do Convento das Donas). ■

conhecimento
vivenciado
a partir da
valorização
histórica do
património

PRINCÍPIO 5

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.



SANTO TIRSO

O rio no coração da cidade

Santo Tirso sempre esteve fortemente associado à imagem do Rio Ave, reconhecendo as potencialidades associadas à exploração deste importante ativo natural. As fragilidades do tecido urbano acabaram por fazer sobressair as potencialidades do Rio Ave enquanto fator aglutinador e aproximador dos cidadãos à cidade e às dinâmicas por esta proporcionadas. Foi neste contexto que surgiu o projeto relacionado com a regeneração e revitalização urbana das margens do Rio Ave. Uma parceria entre agentes públicos e privados, que tem como objetivo recuperar uma zona do Vale do Ave fortemente afetada com a crise da indústria têxtil e que tem permitido transformar as frentes ribeirinhas num espaço de sociabilização e fruição para todos os habitantes e visitantes de Santo Tirso, aproximando a cidade ao rio.

Trata-se de um projeto de natureza transversal e abrangente, quer pelas



projeto de natureza transversal e abrangente

parcerias que envolve, quer pela diversidade das estratégias que promove, de âmbito ambiental, cultural e social.

Este manifesta-se numa diversidade de ações, sendo que o destaque vai para aquelas cujo desenvolvimento é mais recente e que, em simultâneo, mais promoveram a participação e o envolvimento dos cidadãos numa ótica de transformação da imagem do espaço público enquanto espaço de exercício da cidadania.

Uma das formas de transformação mais evidentes prende-se com a recuperação e revitalização da Fábrica do Teles, um dos ex-libris têxteis do concelho, que fechou ainda na década de



80, e que agora nela encerra o maior projeto de regeneração urbana levada a efeito em Santo Tirso.

Enquadrado nos objetivos estratégicos da operação da reabilitação urbana, é ainda destacado o projeto de valorização dos espaços verdes urbanos, em particular, da área do vale da Ribeira do Matadouro.

Ambos refletem o desenvolvimento de estratégias de gestão participada,

ao procurarem envolver os cidadãos na beneficiação, gestão e conservação desses espaços públicos. ■

PRINCÍPIOS 8

“.... O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e de uma maior aproximação à natureza...”

Princípio 9: “... A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã...”

11: “A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes...”

SANTA MARIA DA FEIRA

Escola a Mexer

O projeto Escola a Mexer teve início em 2007 e surge da necessidade de melhorar, animar e melhor equipar os espaços escolares. Sendo Santa Maria da Feira, um município com cerca de 70 estabelecimentos de ensino do primeiro ciclo, nem sempre é fácil responder rápida e eficazmente às neces-

sidades próprias que cada um vai apresentando. Nasce, assim, este projeto, que procura uma colaboração entre o município e toda a comunidade escolar visando intervenções de melhoramento do espaço escola, que poderão ter formato de recuperação do edifício ou equipamentos, ou de animação do próprio espaço, tornando-o mais adequado e útil ao seu público principal: o infantil.

Pretende-se de forma geral estimular o envolvimento da comunidade escolar no espaço "Escola", recuperar e animar espaços e equipamentos escolares, assim como desenvolver a responsabilidade, respeito e sentimento de pertença pela escola. Estes objetivos são alcançados com a participação e envolvimento ativos de toda a comunidade escolar- pais, professores, alunos e outros funcionários- pretendendo-se uma intervenção de melhoramento no espaço escola pelos próprios utilizadores e, desta forma, inculcar o sentimento de pertença e respeito pelo mesmo.

O projeto tem o formato de concurso, sendo mais uma forma de incentivo à

sua adesão. É constituído por quatro fases, que decorrem durante um ano letivo:

1ª fase: Candidaturas das escolas com sugestão de intervenção no estabelecimento de ensino. Os projetos são decididos pelos frequentadores dos espaços, apresentando as necessidades, objetivos e materiais necessários à sua execução.

2ª fase: Apreciação e aprovação dos projetos pela câmara municipal. Entrega dos materiais necessários à sua execução.

No seu 9º ano de existência, podemos afirmar ser um caso de sucesso atendendo ao crescente número de escolas envolvidas ao longo dos anos. ■

melhorar, animar e melhor equipar os espaços escolares

PRINCÍPIO 8

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O ordenamento do espaço físico urbano deve estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza.



TORRES VEDRAS

Torres ao Centro

O programa Torres ao Centro consistiu numa operação de regeneração urbana, abrangendo uma área de cerca de 12,5 ha, localizada no centro histórico da cidade de Torres Vedras.



Desenvolvido no âmbito das “Parcerias para a Regeneração Urbana”, através do Programa Operacional Regional do Centro, o Torres ao Centro traduz a necessidade sentida pelo Município de promover uma operação integrada de regeneração urbana capaz de contrariar os principais problemas de desertificação demográfica, de desqualificação urbanística e de deterioração económica e social do centro histórico, tornando-o num espaço urbano de referência, qualificado do ponto de vista urbanístico e ambiental e atrativo do ponto de vista social, económico e cultural.

O Torres ao Centro partiu da consciência de que as cidades carecem hoje de uma nova visão, mais integradora e multissetorial, assente em novas formas de planeamento, no reforço da governância territorial, em atuações partilhadas e numa otimização dos resultados, tendo desenvolvido uma estratégia assente: no estabelecimento de uma parceria local, explorando novos modelos de governação e a partilha de responsabilidades; na definição de uma estratégia integrada de desenvolvimento, abordando de forma transversal e holística a problemática da regeneração urbana; numa estratégia de marketing territorial, promovendo a divulgação da operação e a dinamização da parceria local; e na externalização e potenciação do seu efeito multiplicador, promovendo o aparecimento de outros projetos.

O Torres ao Centro representou um investimento direto de cerca de 10 M€, com uma comparticipação FEDER de cerca de 80%. Envolveu 7 parceiros e concretizou 14 projetos distribuídos pelas dimensões urbana, ambiental, económica, social e cultural.

Concluída a operação, pode afirmar-se que o Torres ao Centro transfigurou o centro histórico da cidade, convertendo-o num espaço de cidadania, coesão social e identidade cultural, de competitividade económica e de qualidade ambiental. ■

PRINCÍPIO 7

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornar única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.

VALONGO

Biblioteca Humana

A Biblioteca Humana é uma das atividades de educação não formal implementadas no concelho que adotou o desafiante “slogan” Não julgues o livro pela capa. Implementada em Valongo pela primeira vez em 2010, dirige-se a jovens que frequentam o 9º ano do ensino básico e ensino secundário das escolas do concelho mas envolve toda a comunidade escolar, na medida em que contactam com ela, de forma mais ou menos direta, através da observação da implementação da atividade, bem como dos relatos que dela resultam.

A Biblioteca Humana facilita o diálogo construtivo e informal entre jovens estudantes e pessoas que frequentemente são alvo de preconceitos e estigma. Permite o confronto com estereótipos num ambiente estruturado, protegido e limitado no tempo.

Pretende-se com este projeto sensibilizar a juventude para a importância da inclusão, da diversidade cultural e dos direitos humanos, combater a discriminação e desconstruir estereótipos de forma a fomentar a aproximação entre povos, culturas e religiões, bem como promover o diálogo entre pessoas que normalmente não teriam a oportunidade para interagir.

Após a identificação de “Livros Humanos” (pessoas voluntárias que personificam um determinado estereótipo por se incluírem num grupo potencialmente excluído) é levado a cabo um trabalho de preparação/formação de voluntários/as sob pena de reforçarem os estereótipos que a atividade pretende combater. São exemplos de livros humanos disponibilizados pessoa de etnia cigana, muçulmano/a, imigrante, homossexual / lésbica, cego / amblíope, pessoa com doença mental, sobrevivente de doença oncológica, entre outros.

A atividade desenvolve-se, geralmente, na biblioteca da escola, num espaço físico que permita o máximo de privacidade possível aos grupos



VILA NOVA DE FAMALICÃO

Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola

A Educação é, atualmente, um dos domínios a que os municípios têm vindo a dedicar crescentes esforços, promovendo atividades que tenham impacto na melhoria das suas escolas. Apesar dos inúmeros aspetos positivos, no desenvolvimento de estratégias de melhoria, algumas limitações impedem que estes tenham o impacto desejado, pois são pouco integrados numa estratégia consistente; têm relevância científica discutível; pouco sistematizados (muitas vezes, esporádicos, sem continuidade) e o impacto desses esforços raramente é avaliado. Uma forma de potenciar e rentabilizar os esforços de melhoria passa pelo desenvolvimento de um plano fundamentado e estruturado, com base nas evidências da investigação (em termos de objetivos, estratégias e avaliação do

rentabilizar os esforços de melhoria passa pelo desenvolvimento de um plano fundamentado e estruturado, com base nas evidências da investigação

mas a proximidade suficiente para a circulação entre Livros Humanos, visto que o objetivo é que vários Livros sejam “lidos” por todos os elementos do grupo-turma.

A atividade conta com a fundamental parceria de diversas instituições: ACA-PO, Associação Luso-Africana Pontos Nos Is, ILGA, MEDesTu, Liga Portuguesa Contra o Cancro, bem como de pessoas voluntárias que disponibilizam o seu tempo para participar na atividade.

Apesar de extraordinariamente simples, a iniciativa é altamente eficaz e tem merecido diversas distinções e reconhecimentos a nível nacional e internacional. ■

PRINCÍPIO 2

A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade.

PRINCÍPIO 20

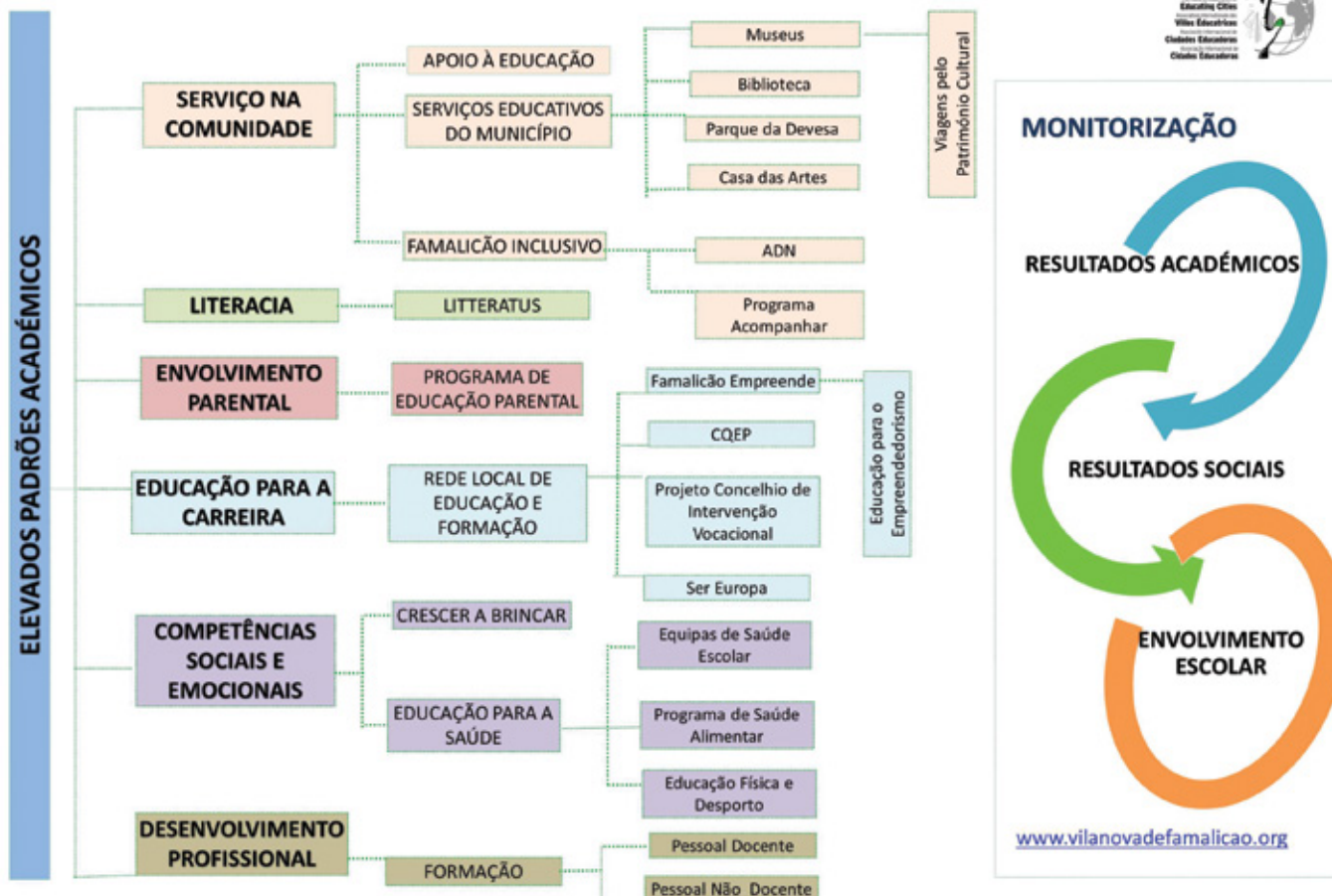
A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.



PLANO MUNICIPAL DE MELHORIA E EFICÁCIA DA ESCOLA DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO

OBJETIVOS

- Promover nos alunos do município, de todos os níveis de ensino, elevados níveis de envolvimento com a escola;
- Promover o desenvolvimento holístico de toda a comunidade educativa famalicense;
- Promover a melhoria das expectativas de toda a comunidade educativa do Município (alunos, professores e pais)



impacto das mesmas na eficácia da escola) e sistemático. Desde 2009, o Município de Vila Nova de Famalição tem desenvolvido em parceria com todos os seus parceiros educativos da Rede Local de Educação e Formação o Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola (PMME). Este é um instrumento orientador da política educativa do Município, que tem como prioridade estratégica o desenvolvimento de uma Educação de excelência, garantindo a todos os famalicenses o acesso a educação de qualidade, equitativa e inclusiva, como garante do desenvolvimento económico e social do nosso território. O PMME apresenta um conjunto de objetivos e estratégias (empiricamente validadas) que per-

mitem a aplicação coerente, objetiva e integrada dos recursos e políticas do Município. Partindo do diagnóstico identificaram-se como objetivos prioritários: elevar os níveis de envolvimento escolar; garantir o desenvolvimento holístico da comunidade educativa; reforçar as expectativas da comunidade educativa do Município (alunos, professores e pais). A estratégia municipal assumida inclui um conjunto de estratégias comumente partilhadas pelas várias escolas do município, mas que também contempla as especificidades e/ ou prioridades de cada escola. Através das estratégias incluídas no PMME pretende-se atuar ao nível da educação não formal para se verificar o seu impacto na educação formal. ■

PRINCÍPIO 5

No quadro das suas competências, o município deve conhecer - encorajando a inovação - o desenvolvimento da ação formativa que se realiza nos centros de ensino estruturado da sua cidade, sejam estes de âmbito local, nacional, público ou privado. Deve ainda conhecer e promover iniciativas de educação não formal, nos aspectos do seu curriculum e objetivos que se refiram ao conhecimento real da cidade e à formação e informação dos seus habitantes - para uma cidadania responsável.

VILA VERDE

Vila Verde, Vila Criativa: 1º Intercâmbio Portugal - México

O Município de Vila Verde criou em 2011 programação “Vila Verde, Vila Criativa”, assente numa estratégia de proximidade à comunidade escolar, aos agentes culturais, às associações e instituições que operam nesta área, fomentando o seu envolvimento através de um trabalho em rede, colocando a criatividade como eixo central desta programação.

Neste contexto, em maio de 2015 organizou-se o **1º Intercâmbio Cultural Portugal-México** contando, para o efeito, com o apoio de diversas entidades e organismos de âmbito internacional, bem como de um conjunto de artistas mexicanos que identificaram este território para expor e criar obra.

Este Intercâmbio demarcou-se pelo seu efeito catalisador de sinergias, de dinâmicas, de troca de experiências entre os dois países, pautado pela realização de um leque de iniciativas desde oficinas criativas, espetáculos multimédia, exposições, criação de murais, projeção de curtas metragens e documentários mexicanos. Uma diversidade de ações através das quais se procurou potenciar a criatividade e o empreendedorismo junto da comunidade escolar, do público em geral, valorizar a Bienal Internacional de Arte Jovem de Vila Verde à escala internacional, elevando a sua notoriedade, assim como promover o desenvolvimento cultural e turístico do concelho e da região, reforçando o seu papel de destino de referência. ■



VILA FRANCA DE XIRA

Regeneração da Frente Ribeirinha do Concelho de Vila Franca de Xira

estratégia de proximidade à comunidade escolar, aos agentes culturais, às associações e instituições

PRINCÍPIO 12

O projecto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projectos de todos os tipos que prepara, deverão ser objecto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e colectivamente.

O projeto de Regeneração da Frente Ribeirinha do Concelho de Vila Franca de Xira, inserido no eixo temático “o desafio de construir a cidade”, destaca o Rio Tejo enquanto elemento chave da identidade de Vila Franca de Xira, fomentando um sentimento de pertença favorável à coesão social.

No âmbito do tema do evento – Cidades: Territórios de Convivência foi selecionado por cumprir a devolução de uma grande parte da zona ribeirinha para utilização das pessoas, estimulando a utilização livre e segura dos espaços públicos, a prática de exercício físico e a adoção de hábitos de vida saudáveis. Promove igualmente a educação ambiental, sensibilizando para a proteção dos recursos da paisagem natural e dos valores patrimoniais e culturais relacionados com o Rio Tejo.

Esta experiência educa diretamente para os valores do direito à educação

e à participação cultural na comunidade, através do acesso aos diversos equipamentos culturais e pedagógicos, entre eles a Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, o Pavilhão Multiusos e o Núcleo Museológico “A Póvoa e o Rio” que retrata as tradições da Cultura Avieira.

Foram criados espaços propícios à sociabilização, à convivência entre gerações, entre géneros, chamando a população a participar, combatendo o individual e incentivando a construção do coletivo, promovendo igualmente a solidariedade e a igualdade pela oferta gratuita de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, bem como pela preocupação com a garantia de acessibilidades.

Este projeto visa ainda a democratização dos espaços públicos, condição para uma cidadania plena, numa sociedade que se quer mais justa, mais solidária, mais inclusiva, mais educada e mais saudável. ■

PRINCÍPIO 8

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.





PRÉMIO CIUDADES EDUCADORAS

Prémio Cidade Educadora

Os projetos vencedores da primeira edição do Prémio Cidade Educadora são:

- *Centro de Aprendizagem Opinmäki* – Espoo, Finlândia
- *A formação contínua como ferramenta de convivência; coesão social e participação* – L'Hospitalet de Llobregat – Espanha
- *Bairro Cultural de Gauncheon: regeneração criativa de um espaço degradado numa área ativa* – Saha-gu – República da Coreia

Candidataram-se 57 projetos, de 45 cidades, de 11 países e 3 continentes.

Dada a relevância e o impacto dos projetos recebidos, o júri pré selecionou 8 projetos finalistas das seguintes cidades: Espoo; L'Hospitalet de Lobregat; Lisboa; Pontevedra; Rivas Vaciamadrid; Saha-gu; São Paulo e Torres Vedras.



Dia Internacional das Cidades Educadoras 30 de novembro

A AICE propôs o dia 30 de novembro, assinalando como dia da sua fundação, para a comemoração do Dia Internacional das Cidades Educadoras.

A Comissão de Coordenação está a refletir sobre o modelo mais adequado, que será dado a conhecer a toda a Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, para que este evento seja eficaz no seu seio, procurando garantir a visibilidade do mesmo .

CASCAIS PORTUGAL



Cidades Educadoras
XV Congresso Internacional
Ciudades Educadoras
XV Congreso Internacional
Educating Cities
15th International Congress
Villes Éducatrices
XV Congrès International

XV Congresso Internacional das Cidades Educadoras

Em 2018, Cascais acolherá o XV Congresso Internacional das Cidades Educadoras, sob o tema: *A Cidade Pertença das Pessoas*

FICHA TÉCNICA

Coordenação Editorial Município de Lisboa - GLCE | Município de Braga | Município de Évora
Coordenação Gráfica | Município de Lisboa
Design e paginação Catarina Amaro da Costa (CML/SG/Departamento de Marca e Comunicação)
Fotografia da capa Manuel R. Levita (CML/SG/Departamento de Marca e Comunicação)

Contatos da Comissão de Coordenação da Rede Territorial Portuguesa
manuela.raimundo@cm-lisboa.pt | tel. 218 171 142
paulo.a.louro@cm-lisboa.pt | tel. 218 171 812

[EDCITIES.ORG/LINK"PORTUGAL"](http://EDCITIES.ORG/LINK)

RTPCE